



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638266 - SP (2021/0000491-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : CAIO EDUARDO TADEU DA SILVA
ADVOGADO : CAIO EDUARDO TADEU DA SILVA - SP426115
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JULIANO PEREIRA MACEDO OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIANO PEREIRA MACEDO OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2247530-84.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente e foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do CP.

O impetrante sustenta que não foi observado o art. 316, parágrafo único, do CPP, pois a prisão preventiva ultrapassa 90 dias sem que tenha havido a reavaliação dos fundamentos que indicaram a necessidade da custódia cautelar.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva ou concessão de liberdade provisória, com ou sem a imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar concedida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente